



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. Lebrão)

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para obrigar o Sistema Único de Saúde a fornecer os medicamentos de alto custo para a população carente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-X:

“Art. 19-X Fica o SUS obrigado a fornecer os medicamentos de alto custo produzidos no País para a população carente do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou que comprove insuficiência financeira para a aquisição do medicamento com recursos próprios. (NR)”

Parágrafo único – O Sistema Único de Saúde se obriga a realizar a compra do medicamento que possua prescrição médica para o tratamento necessário.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

O direito à saúde é universal e o Estado tem o dever de provê-lo, como determina a Constituição Federal. A adequada assistência terapêutica, que obviamente inclui o acesso a todos os medicamentos necessários à promoção, proteção e recuperação da saúde, também está previsto dentro do direito à saúde.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Algumas doenças que podem acometer o homem possuem tratamentos altamente dispendiosos.

A população mais carente não possui recursos financeiros suficientes para adquiri-los, sem comprometer de modo definitivo sua renda e a aquisição de outros produtos essenciais, como os alimentos, por outro lado procuramos inserir os beneficiários do Cadúnico como forma de evitar negativa do SUS para o atendimento do fármaco.

Ademais, os chamados “medicamentos de alto custo”, geralmente são produtos destinados a condições de alta gravidade, que podem representar riscos elevados à vida do paciente caso não sejam utilizados na forma definida no registro, de acordo com os estudos científicos que fundamentam a comprovação dos caracteres sanitários exigidos. Da mesma forma, restringir aos medicamentos produzidos no Brasil tem o objetivo de viabilizar a compra e limitar a despesa junto ao SUS, pois os medicamentos importados são extremamente onerosos.

Por outro lado, a interrupção no tratamento, pela impossibilidade de aquisição do fármaco, pode resultar em graves danos à saúde do paciente, inclusive seu óbito em uma situação limite.

Assim, solicito o apoio dos meus pares no sentido da aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,

Deputado LEBRÃO
União Brasil / RO

